

Corredores sócio-ambientais: neologismo para um novo conceito de corredores ecológicos

Socioenvironmental corridors: neologism for a new concept of environmental corridors

COSTA-ALVES, Andre Luiz da. andre.plan@uol.com.br, CDPA-UFRRJ; MAY, Peter Herman. CPDA/UFRR, peter.may@amazonia.org.br.

Resumo: Os corredores ecológicos podem representar distintas estratégias. A coexistência da noção preservacionista com a perspectiva conservacionista torna possível empreender ações frente às mudanças climáticas. Este estudo apresenta um novo conceito acadêmico que incita a convergência de esforços, através de SAFs e PSE, para a implementação de corredores no Brasil com responsabilidade socioambiental.

Palavras-chave: Corredores Ecológicos, Serviços Ecosistêmicos, Sistemas Agroflorestais.

Abstract: Ecological corridors can represent different strategies. The coexistence of the preservationist notion with the conservationist perspective makes it feasible to undertake actions in the face of climate change. This study presents a new academic concept that incites the convergence of efforts through AFS and PES for the implementation of corridors in Brazil with socioenvironmental responsibility.

Key words: Ecological Corridors, Environmental Services, Agroforestry Systems.

Introdução

Os corredores ecológicos ou corredores de biodiversidade representam uma estratégia para promover a conservação da diversidade biológica *in situ*, configurados de forma a favorecer a manutenção dos processos ecossistêmicos fundamentais para a sustentação da biodiversidade, como: ciclagem de carbono e nutrientes, ciclo hidrológico, polinização/dispersão de sementes e intercâmbio genético dos componentes da flora e fauna. Para tal, os fragmentos de remanescentes florestais devem se conectar com áreas maiores, a fim de manter a heterogeneidade da matriz de habitats e proporcionar refúgio para as espécies (BRASIL, 2006). Os corredores são entendidos também como grandes áreas compostas por uma rede de Unidades de Conservação (UCs) entremeadas por áreas com variados graus de ocupação humana e diferentes formas de uso da terra, baseando-se no uso sustentável dos recursos naturais com manejo integrado, a fim de garantir a sobrevivência das espécies, a manutenção de processos ecológico-evolutivos e o desenvolvimento de uma economia regional forte (AYRES *et al.*, 2005). Deste modo, os corredores muitas vezes são pensados para designar estratégias distintas, muitas vezes preconizando a “vedação” dessas áreas à presença antrópica. A coexistência de uma perspectiva conservacionista torna-se indispensável para que as ações preservacionistas atinjam êxito frente ao cenário de mudanças climáticas e à necessidade de proteção de mananciais para manutenção de bens e serviços prestados pelas florestas e agroflorestas (COSTA-ALVES, 2007).

Desenvolvimento: SAFs e PSE nas estratégias de corredores

Somente os corredores não são suficientes para assegurar que as UCs isoladas cumpram o papel de preservar a biodiversidade contida em seus limites, motivo pelo qual se busca a implementação de Planos de Manejo integrados para concretização de ações efetivas com a população do entorno (BRITZ *et al*, 2005). O maior desafio por parte do estado e da sociedade civil é identificar uma equação ponderada de investimentos para ampliação de áreas protegidas – sejam estas de uso indireto ou direto, públicas ou privadas – no sentido de encontrar uma fórmula equilibrada composta não apenas de áreas de Proteção Integral, mas principalmente integrá-las a outras áreas protegidas de Uso Sustentável. Portanto, para que se dê a implantação dos corredores, são necessárias ações coordenadas que objetivem o fortalecimento, a expansão e a conexão do sistema de áreas protegidas e que incentivem as formas de uso da terra de baixo impacto, a exemplo dos Sistemas Agroflorestais (SAFs) (BRASIL, 2006). Os SAFs constituem alternativas de uso da terra, consorciando culturas agrícolas e/ou criações animais com espécies florestais. Diversas ONGs brasileiras voltadas para o desenvolvimento rural estão difundindo o uso de SAFs com reflexos positivos sobre estratégias de formação de corredores ecológicos, recuperação de terras degradadas e uso sustentável do solo - com a geração de serviços ambientais passíveis de serem valorados e cobrados (COSTA-ALVES, 2007). Os pagamentos por serviços ecossistêmicos (PSE) poderiam diversificar as fontes de renda para os proprietários e usuários das terras, considerando a existência de mecanismos de mercado e critérios para recompensá-los pelas boas práticas de manejo agroflorestal prestação de tais serviços, havendo a necessidade de serem tangíveis e quantificados cientificamente, de acordo com a legislação ambiental local (PAGIOLA *et al.*, 2005). Frente à necessidade de uma revisão nas estratégias atuais de conservação diante do quadro de aquecimento global, os SAFs podem assumir um papel de destaque para a concepção de novas estratégias de gestão direcionadas ao uso do solo no mosaico da paisagem, por apresentarem uma gama de características favoráveis à provisão de habitats e alimentos para as espécies florísticas e faunísticas fora dos limites de UCs, além do efeito regulador de microclimas em níveis regionais frente à instabilidades climáticas. A implementação de mecanismos de PSE depende de negociações por parte dos setores público e privado municipais e nacionais, envolvendo os interesses das comunidades locais. A valoração econômica dos recursos naturais oferece um caminho para comparar os diversos benefícios e custos em questão, através da tentativa de mensurá-los e

expressar os valores associados em um denominador comum. Os incentivos diretos (através de PSE) ou indiretos (através de políticas públicas que possibilitem alguma forma de subsídio) representam a maior probabilidade para gerar um *feedback* positivo aos proprietários rurais que venham adotar práticas sustentáveis para o manejo e uso da terra (FERNANDES, 2006). Sob uma perspectiva conservacionista, já se reconhece a necessidade de se trabalhar além das áreas protegidas, caso estejam sustentando a viabilidade da biodiversidade e dos processos ecológicos em larga escala, considerando que tais áreas sejam reservas florestais e estejam cercadas por áreas destinadas à produção agropecuária. Geralmente, os mapas elaborados para projeção de corredores ecológicos e zonas de amortecimento englobam áreas que ultrapassam as fronteiras das zonas protegidas, sem considerar a realidade prática e a viabilidade política para a promoção da biodiversidade em sistemas preexistentes de uso do solo, desperdiçando oportunidades de se construir alianças sinérgicas e se voltando contra as necessidades das populações (NAUGHTON-TREVES & SALAFSKY, 2004), configurando-se uma situação de “*conflito sócio-ambiental: conflito social que tem, no acesso aos bens da natureza, o objeto de disputa e que expressam as relações entre interesse coletivo versus interesse privado e espaços públicos versus tentativas de apropriação de espaços públicos*” (CARVALHO & SCOTTO, 1995).

Conclusões

A partir dos pressupostos sucintamente apresentados neste breve espaço, cunha-se originalmente o neologismo Corredores Sócio-ambientais, objetivando apresentar uma perspectiva conciliatória e contribuir com bases teórico-conceituais para estudos empíricos sobre PSE como auxílio aos pequenos e médios proprietários rurais, além de fomentar práticas agroecológicas em SAFs e ponderar sobre os efeitos sociais da implantação de Reservas Particulares e UCs Públicas. Com a adoção desta concepção, busca-se apresentar uma forma de aproximar a noção de corredores ecológicos ao conceito de *responsabilidade sócio-ambiental* – amplamente difundido entre organizações nacionais e internacionais – convergindo interesses por parte da iniciativa privada, ONGs, Governo e sociedade civil, no sentido de incitar medidas inovadoras para construção de políticas públicas apropriadas às necessidades de inclusão socioambiental, preservação da biodiversidade e conservação da agrobiodiversidade.

Referências bibliográficas

- AYRES, J. M.; FONSECA, G. A. B.; RYLANDS, A. B.; QUEIROZ, H. L.; PINTO, L. P.; MASTERSON, D.; CAVALCANTI, R. B. Os corredores ecológicos das florestas tropicais do Brasil. Belém: Sociedade Civil Maminaurá. 2005. 256p.
- BRASIL. MMA. Ministério do Meio Ambiente. O corredor central da mata atlântica: uma nova escala de conservação da biodiversidade. Ministério do Meio Ambiente, Conservação Internacional e Fundação SOS Mata Atlântica. Brasília. 2006. 46p.
- BRITEZ, R. M. *et al.*. Manejo do Entorno. In: Fragmentação de Ecossistemas: Causas, efeitos sobre biodiversidade e recomendação para políticas públicas/Denise Marçal Rambaldi, Daniela América Suárez de Oliveira (orgs.). Brasília: 2.ed., MMA/SBF, 2005. 510p.
- CARVALHO, I.; SCOTTO, G. Conflitos sócio-ambientais no Brasil. Rio de Janeiro, IBASE – Projeto Meio Ambiente e Democracia, v.1. 1995.
- COSTA ALVEZ, A. L. Reservas Particulares e Sistemas Agroflorestais: proposta para formação de Corredores Socioambientais. Dissertação de Mestrado. Pós-Graduação em Ciência Ambiental – PGCA. Universidade Federal Fluminense – UFF. Niterói. RJ. 2007. CDD 333.72. 142p.
- FERNANDES, E. C. M. Agroforestry for Productive and Sustainable Landscapes in the Face of Global Change. In: Sistemas Agroflorestais: bases científicas para o desenvolvimento sustentável. Campos dos Goytacazes, RJ: UENF, 2006. 365p.
- NAUGHTON-TREVES, L.; SALAFSKY, N. Wildlife Conservation in Agroforestry Buffer Zones: Opportunities and Conflict. In: Agroforestry and biodiversity conservation in tropical landscapes / Edited by Gotz Schroth... *et al.*. Island Press. 2006. 523p.
- PAGIOLA, S.; BISHOP, J.; LANDELL-MILLS, N. Mercados para serviços ecossistêmicos: instrumentos econômicos para conservação e desenvolvimento. REBRAf. Instituto Rede Brasileira Agroflorestal. 2005. 164p.